



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

Revisão do Regimento Interno Complementar do Campus Restinga
Relatório das Assembleias de Apresentação e debate de propostas

As Assembleias de Apresentação e debate de propostas do Regimento Interno Complementar do Campus Restinga foram realizadas nos seguintes dias e horários, conforme listas de presença em anexo:

- 29/11, às 16h, com início às 16h10 e término às 18h45, devido ao início da Jornada Acadêmica da Licenciatura, com presença de 12 pessoas (11 servidores e 01 egresso);
- 30/11, às 10h, com início às 10h10 e término às 12h30, com a presença de 05 pessoas (04 servidores e 01 egresso); e
- 04/12, às 19h, com início às 19h20 e término às 21h20, com a presença de 5 pessoas (05 servidores).

Assembleia do dia 29/11, 16h

A Comissão Organizadora realizou a seguinte proposta metodológica das Assembleias, aprovada na primeira Assembleia realizada no dia 29/11:

AÇÃO	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL
Aprovação da Metodologia Assembleia	5 min	Plenária
Apresentação e debate da Metodologia, documentos de referência e documento base e percepções sobre não propostas	15 min	Comissão e Plenária
Apresentação das propostas, com justificativa, pelo/a proponente e Apresentação das propostas pela Comissão Organizadora (de proponentes ausentes)	2h (1 min cada - 49 propostas) - Blocos de 12 propostas - 30 min cada bloco 18 min	Proponentes
		Comissão
		Plenária
		Plenária
Perguntas do público aos proponentes e Debate sobre as propostas		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

Comentários finais	10 min	Plenária
--------------------	--------	----------

A partir da aprovação da metodologia da Assembleia, no dia 29/11, às 16h, a Comissão Organizadora explanou sobre a metodologia de revisão do Regimento, quando foram feitas as seguintes considerações pelos presentes:

- Foi problematizada a metodologia utilizada pelo Conselho Superior para alterações nos regimentos internos dos campi, a concentração do processo nas mãos e cabeças de apenas alguns conselheiros, o prazo exíguo destinado às sugestões pela comunidade bem como a decisão final ser da comissão do Consup. A comissão se posicionou contrária ao processo, e informou que na época houve manifestações pelo e-mail institucional e na reunião. Informou ainda que a comissão pretende submeter ao Concamp texto de crítica a esta metodologia do Consup para que seja enviado ao mesmo, mas que o documento final foi aprovado e passou a vigorar e regerar os demais documentos do IFRS.
- Foi problematizada a concentração de todo o processo neste ano, e levantado exemplos de outros campi que não iniciaram ainda o processo de revisão de seus regimentos complementares. A comissão informou que propôs que o processo iniciasse e encerrasse neste ano em pauta do Concamp, aprovada por unanimidade, em virtude de o processo não sofrer quebra de ritmo com as férias escolares, e que a pauta foi pública, em reunião convocada.
- Alguns proponentes colocaram sobre a dificuldade de opinar sobre sugestões de alterações em setores sem que os proponentes estivessem presentes, ao que a comissão respondeu que eles deveriam ser chamados pelo Conselho de Campus para esclarecimentos de suas propostas.
- Houve consideração de que a comissão, o conselho ou a direção tivessem realizado reuniões com os grupos interessados, setores, coordenações a fim de coletar propostas. A comissão explicou que optou em propor em na metodologia que o espaço de realização de propostas fosse transversal, sem prioridades nem preferência, entendendo todos como participantes importantes do processo e com igual peso, o que não impedia que propostas fossem refletidas e realizadas por grupos ou colegiados de maneira sistemática.
- Houve problematização relacionada ao prazo para realização de propostas pela comunidade, gerando propostas nem sempre consideradas ideais, em



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

virtude de serem diversas realizadas pelo menos proponente. A comissão disse que estava atenta ao processo e que considerou o número de 49 propostas realizadas considerável, além de 11 proponentes, embora houvessem artigos que eram necessárias especificidades maiores que não foram contempladas. Alguns presentes consideraram baixa a participação de proponentes.

Após as considerações referentes ao processo, passou-se à apresentação das propostas, que acabaram por ser debatidas uma a uma e não em blocos. Os artigos em que houveram mais de uma proposta foram debatidos em bloco, mesmo estando o proponente ausente, embora a metodologia previsse que propostas com proponente presente fossem primeiramente apresentadas.

A apresentação deu-se com a leitura da proposta pelo proponente, informando qual foi a alteração e sua justificativa. Foram lidas as propostas referentes aos seguintes artigos:

Abaixo seguem as considerações realizadas quando houveram referentes às propostas:

- Inclusões de estrutura ao artigo 2:
 - Coordenações de Curso (21) - A adequação a proposta de coordenação de curso, foi feita com pressa devido ao prazo. O conselho pode revisar as atribuições sugeridas e verificar complementações às do conselho superior. Vendo questões que estão sendo feitas e não estão redigidas. Resolução de consup.
 - Nelem - Foi problematizado que o Nelem não estava em execução e que poderia ser excluído. Houve sugestão de se tornar grupo de pesquisa.
 - Grupo Diretivo: de apoio decisório ao diretor é o Conselho de Campus. O grupo diretivo é de apoio executivo. Ele existe para, a partir das decisões em instâncias decisórias, colocar em execução. Com a justificativa apresentada, não é possível formalizar. Mas de apoio executivo, sim. Documentos pautados de maneira democrática.
- Artigo 16, proposta do servidora Márcia - foi explicado que a composição da CAGE pelo Consup.
- Artigo 18, propostas das servidoras Márcia e Tanise - em relação a questão das atribuições referentes ao censo escolar. O censo escolar é atribuição do DI. CRE deve fornecer dados, mas não seria a instância por ser responsável, faz 4 anos que não fazem, mas assessorar o DI. Também em função da época do ano.
- Artigo 21, proposta da servidora Thaís - houve a colocação do NDE não existir para cursos técnicos e que a estrutura que não conste ou seja pensada pelo Concamp.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

- Artigo 21, proposta da servidora Márcia - foi considerado que as atribuições estão em resolução do Consup, mas que algumas vezes pode ser necessário reafirmar documentos em outros.
- Artigo inclusão após 21 - sobre a coordenação de ensino foi trazido para que sejam definidas as atribuições do cargo.
- Artigo inclusão após 42 (NEEEL) - foi questionada a vinculação com extensão e colocada a questão de ver se ele seria o momento de ser institucionalizado ou se deveria iniciar enquanto programa de extensão ou pesquisa até ser consolidado. Prioridades de políticas e suas execuções.
- Artigo inclusão após 43 - sobre a Incubadora se questiona se em todos os campus está vinculado à pesquisa. Foi informado de que não. Cada campus define o seu. O caráter permanece tecnossocial mas com viés em inovação e criatividade para agregar conhecimento produzido no campus.
- Artigo 48, proposta da servidora Thaís - foram esclarecidas dúvidas sobre a questão da coordenação da comissão e suas atribuições e coordenação de eventos, uma coisa não estando relacionada a outra. Definição de quais são os eventos oficiais ou institucionais. Deve constar o tipo de evento que a comissão de evento é responsável.
- Artigos referentes à CGAE, CAGE e CGAPPI - foi problematizada a questão das comissões compostas por 15 pessoas relativas a quorum, dificuldades em encontros, participação efetiva. Além disso, as características do documento aprovado no Conselho Superior e a questão das especificidades dos demais campus. A discussão se deu de forma inapropriada e imposta.
- Artigo referente à seção de Laboratórios - foi colocado que atribuição de cargo não é regimental. Mas que é possível e importante trazer a questão dos setores e da vinculação de servidores a estes.

Ao final, a comissão sugeriu que no dia posterior a discussão iniciasse pelas propostas não abordadas na referida data, artigos 26 (Alini), 28 (Lenon), 32 (Gleison), 40 (Pedro), 45 (Gleison), 49 (Gleison e Tatiana), 54 (Tatiana) e do 83 a 86 (Gleison).

Assembleia do dia 30/11, 10h

Iniciou-se a Assembleia do dia 30/11, às 10h10, com a presença de 05 pessoas, 04 inicialmente e depois contando com a presença de mais um colega. Devido à presença dos mesmos participantes do dia anterior definiu-se por iniciar a assembleia pelas propostas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

que não puderam ter sido apresentadas no dia anterior. Após início da sessão e transcorrido algum tempo, colega que não esteve presente no dia anterior compareceu e concordou que seguissem sendo debatidas as propostas primeiramente que não haviam sido debatidas anteriormente. A comissão explicou que faria a leitura da justificativa e após a leitura das alterações, inclusões e exclusões sugeridas e que esclarecimentos sobre tais propostas só poderiam ser realizados pelos proponentes, o que não impedia o debate sobre as propostas. A apresentação das propostas iniciou-se pela ordem dos artigos não apresentados no dia anterior em virtude do tempo, sendo lidos os seguintes artigos:

- Artigo 28, proposta do servidor Lenon – foi levantada a questão de que a separação entre os setores é pertinente, mas que há a questão de direcionamento de função gratificada para a coordenação. A plenária entende que a distribuição de funções gratificadas e cargos de direção deve ser amplamente discutida pelo IFRS e pelo Campus Restinga, de maneira aberta, transparente e democrática e que o regimento complementar deve refletir uma estrutura ideal de campus, com setores e coordenações necessárias ao seu andamento. Sobre setores serem chamados de coordenação, foram realizadas as seguintes ponderações: nem todo setor chamado de coordenação recebe uma FG; o direcionamento de FG precisa prever alguns critérios, tais como responsabilidades além de atribuições de cargo, tamanho de setor, responsabilidades financeiras, entre outros. Foi colocado que a discussão sobre a estrutura regimental impactar em mapa de FGs e CDs é antiga no IFRS, mas com poucos resultados práticos e efetivos.
- Artigo 32, proposta do servidor Gleison - foi considerado que desvincular Gestão de Pessoas da DAP não necessariamente dará cunho educativo. Pressupõe mais uma filosofia de atuação, que busque uma atuação mais articulada com a gestão, além de definição e planejamento de estrutura funcional enquanto setor com outra filosofia.
- Artigo 40, proposta do servidor Pedro Leite - ficou dúvida quanto a proposta ser demanda de criação do setor/microsetor ou se a diretoria dá conta ou se dentro da diretoria qual microsetor estaria vinculada a figura do contador. Coloca-se a necessidade de se pensar a estrutura do Dap e caso não seja necessário o setor de contabilidade, onde estarão os fazeres elencados pelo proponente.
- Artigo 54, proposta da servidora Tatiana - questiona-se de onde vem a proposta do regimento. Se for por resolução do Conselho Superior a definição do Nepges, sugestão de não trazer todo o documento pra dentro do regimento. Padronizar para todos os núcleos e comissões com normas supervenientes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

- Artigo 85, proposta do servidor Gleison - foi pensado do porque não propor exclusão, já que se refere ao funcionamento da Comissão Própria de Avaliação, a exemplo das demais sugestões referentes à comissão.
- Artigo 86, proposta do servidor Gleison - questionou-se sobre algumas atribuições serem de setores e estarem colocadas no grupo diretivo para recomendação. Foi realizada fala de que em 2011 sugeriu-se um grupo diretor executivo. Foi problematizado que outro grupo, além do Conselho, eleito para tal, tenha um caráter decisório, e que as instâncias decisórias são os colegiados. Foi falado que uma instituição de educação democrática não pode definir uma instância decisória anterior à instância decisória eleita para isso. O apoio ao processo decisório deve ser feito pelos profissionais envolvidos e especialistas dentro das instâncias decisórias, que são os colegiados. Deve haver uma mudança de filosofia do grupo. Não é possível o entendimento de que alguns cargos não eleitos possam estar colocados numa condição de pretender a tomada de decisões pra coisa pública sem o debate coletivo, democrático e transparente. Colocou-se a questão de que o grupo diretivo seja executivo de viabilidade das políticas propostas.

Assembleia do dia 04/12, 19h

Iniciou-se a Assembleia do dia 04/12, às 19h20, com a presença de 05 pessoas, chegando ao final com 03 participantes, e encerramento às 21h20.

Iniciou-se a sessão com a apresentação da metodologia e acordou-se de que seriam lidas as propostas com suas justificativas em blocos de 12 propostas e que os presentes poderiam realizar suas colocações. Então fez-se a apresentação:

- Bloco 1, das propostas do artigo 2 - foi acordado que cada item incluído seria debatido ao longo da sua proposta. Quanto ao Nelem, foi trazido por servidora da área de que as ações acontecem mas faltava a vinculação ao núcleo, o que está sendo retomado pela área.
- Bloco 02, propostas dos artigos 16, 18, 21, 23, 26, 28, 32 e 40 - houve a problematização do cargo de coordenador de ensino ser o único cargo com descrição no regimento complementar e com atribuições restritas e específicas demais. Também foi trazida a questão do regimento debater estrutura ideal, com coordenações quando necessário. Sobre o setor de contabilidade as mesmas dúvidas anteriores surgiram.
- Bloco 03, propostas dos artigos 43, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 57 e 66 - foram apresentadas as propostas, sem maiores considerações dos presentes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

- Bloco 04, propostas dos artigos 67, 68, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 96, 98 e X - foi questionado sobre viés da Incubadora ser voltado mais às empresas. Sugestão do viés executivo do grupo diretivo.

SUGESTÕES da Comissão Organizadora, com base no processo:

- Reflexão pelo conselho sobre as comissões com documentos supervenientes do Conselho Superior, serem referenciadas, sem necessariamente constar todo o documento neste regimento, ou análise caso a caso.
- Refletir sobre estrutura ideal de cada setor/diretoria e servidores vinculados.
- Estabelecer prazos para adequações da composição das comissões e após revisão regimental de cada comissão, com prazos para Conselho de Campus.